

Concessionária de
Rodovia Sul
Matogrossense
S.A.

**Revisão de informações trimestrais
- ITR referente ao trimestre findo
em 30 de junho de 2021**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 1.2, subitem i e ii, às informações contábeis intermediárias, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, a Companhia ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17. Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão e espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto na lei nº 13.448/2017. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	916.000.000
Preferenciais	0
Total	916.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.662.058	1.719.900
1.01	Ativo Circulante	70.252	87.698
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.080	54.052
1.01.02	Aplicações Financeiras	13.062	15.920
1.01.03	Contas a Receber	16.973	15.306
1.01.03.01	Clientes	16.973	15.306
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	16.973	15.283
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	23
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.177	753
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.512	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	448	334
1.01.08.03	Outros	448	334
1.01.08.03.02	Outros Créditos	448	334
1.02	Ativo Não Circulante	1.591.806	1.632.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.773	25.790
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.189	25.474
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.584	316
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Outros	1.560	298
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	24	18
1.02.03	Imobilizado	64.135	72.405
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	60.897	72.103
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.238	302
1.02.04	Intangível	1.500.898	1.534.007
1.02.04.01	Intangíveis	1.500.898	1.534.007
1.02.04.01.02	Intangível	1.321.666	1.359.992
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	179.107	173.892
1.02.04.01.04	Intangível em Andamento	125	123



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.662.058	1.719.900
2.01	Passivo Circulante	80.318	141.735
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.198	6.513
2.01.01.01	Obrigações Sociais	901	988
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.297	5.525
2.01.02	Fornecedores	17.788	22.262
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.773	22.237
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	15	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.841	4.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.227	2.576
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.250	1.611
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	977	965
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.614	1.863
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.614	1.863
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	48.539	48.701
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.539	48.701
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.539	48.701
2.01.05	Outras Obrigações	2.952	2.248
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	839	905
2.01.05.02	Outros	2.113	1.343
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	957	908
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	1.156	435
2.01.06	Provisões	0	57.572
2.01.06.02	Outras Provisões	0	57.572
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	0	57.572
2.02	Passivo Não Circulante	962.079	979.212
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	787.094	810.237
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	787.094	810.237
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	787.094	810.237
2.02.02	Outras Obrigações	1	49
2.02.02.02	Outros	1	49
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1	49
2.02.03	Tributos Diferidos	2.175	4.177
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.175	4.177
2.02.04	Provisões	172.809	164.749
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	171.142	136.034
2.02.04.02	Outras Provisões	1.667	28.715
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	0	26.585
2.02.04.02.05	Obrigações Parceladas	1.667	2.130
2.03	Patrimônio Líquido	619.661	598.953
2.03.01	Capital Social Realizado	916.000	916.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-296.339	-317.047



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	64.972	138.390	69.607	140.154
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	37.400	-20.281	-72.095	-139.300
3.02.01	Custo de Construção	-1.085	-5.218	-9.699	-15.081
3.02.02	Serviços	-19.899	-36.680	-19.032	-36.633
3.02.03	Custos Contratuais	-3.927	-7.704	-3.819	-7.556
3.02.04	Depreciação e Amortização	-11.486	-23.127	-11.334	-22.679
3.02.05	Custo com Pessoal	-8.445	-16.297	-7.757	-16.638
3.02.06	Provisão de Manutenção	90.203	85.360	-14.196	-28.214
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-6.497	-13.924	-5.345	-10.735
3.02.08	Outros	-1.464	-2.691	-913	-1.764
3.03	Resultado Bruto	102.372	118.109	-2.488	854
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.375	-69.522	-10.099	-19.105
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.551	-69.016	-10.529	-19.838
3.04.02.01	Serviços	-4.017	-7.733	-3.406	-7.239
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-2.067	-4.136	-2.092	-4.156
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.786	-3.633	-1.079	-3.105
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-141	-249	-420	-553
3.04.02.05	Campanhas Publicitária e Eventos, Feiras e Informativos	-293	-311	-286	-353
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-126	662	-1.708	-1.718
3.04.02.07	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-227	-454	-219	-464
3.04.02.08	Contribuições a Sindicatos e Associação de Classe	-7	-7	-80	-164
3.04.02.09	Gastos com Viagens e Estádias	-7	-23	-24	-61
3.04.02.10	Outros	-1.417	-3.169	-269	-1.752
3.04.02.11	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-47	33	-75	1.307
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-168	-193	-596	-1.115
3.04.02.13	Ressarcimento ao Usuário	-14	-62	-275	-465
3.04.02.14	Provisão para riscos contratuais indedutíveis	-31.261	-35.770	0	0
3.04.02.15	Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	14.027	-13.971	0	0



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	265	584	433	741
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.089	-1.090	-3	-8
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	73.997	48.587	-12.587	-18.251
3.06	Resultado Financeiro	-14.797	-29.881	-16.796	-34.231
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	59.200	18.706	-29.383	-52.482
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.002	2.002	2.522	7.549
3.08.02	Diferido	2.002	2.002	2.522	7.549
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	61.202	20.708	-26.861	-44.933
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	61.202	20.708	-26.861	-44.933
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,06681	0,02261	-0,02932	-0,04993
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,06681	0,02261	-0,02932	-0,04993



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	61.202	20.708	-26.861	-44.933
4.03	Resultado Abrangente do Período	61.202	20.708	-26.861	-44.933



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.203	35.257
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42.743	40.587
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo Líquido do Período	20.708	-44.933
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.002	-7.549
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	27.263	26.831
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado	1.090	9
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	28.068	30.284
6.01.01.11	Juros sobre Impostos Parcelados	38	19
6.01.01.12	(Reversão) Constituição da Provisão de Manutenção	-85.360	28.214
6.01.01.13	Reversão do Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	2.204	5.357
6.01.01.14	Constituição da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	27.693	2.375
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-33	-33
6.01.01.16	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-2	-53
6.01.01.17	Atualização Monetária de Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	9.105	62
6.01.01.18	Estimativa de Perda Lei nº 13.448/17	13.971	0
6.01.01.19	Depreciação - Arrendamento Mercantil	0	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.540	-5.330
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.657	-1.903
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	23	31
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-430	-716
6.01.02.04	Realização da Provisão de Manutenção	-1.001	0
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-3	-98
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outras	-3.552	-2.583
6.01.02.08	Fornecedores	-4.472	-2.546
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	-66	904
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-249	0
6.01.02.12	Outras Obrigações com o Poder Concedente	49	0
6.01.02.13	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-850	2.346
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	637	-621
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	721	575
6.01.02.17	Pagamento da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-1.690	-719
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.913	-56.423
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-3.679	-1.179
6.02.02	Adições do Ativo Intangível	-5.225	-12.146
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	7.959	241
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	2.858	-43.339
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-51.088	13.500
6.03.01	Integralização de Capital	0	45.000
6.03.02	Resgates / Aplicações na Conta Reserva	285	3.468
6.03.05	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento do Principal	-23.883	-14.984
6.03.06	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento de Juros	-27.490	-19.980
6.03.07	Arrendamento Mercantil (Pagamento de principal)	0	-4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.972	-7.666



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.052	11.765
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.080	4.099



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.708	0	20.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.708	0	20.708
5.07	Saldos Finais	916.000	0	0	-296.339	0	619.661



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.933	0	-44.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.933	0	-44.933
5.07	Saldos Finais	916.000	0	31.765	-44.933	0	902.832



DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	159.206	153.342
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	159.173	152.035
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	33	1.307
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.227	-112.876
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-59.949	-55.696
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.420	-13.885
7.02.04	Outros	80.142	-43.295
7.02.04.01	Custo de construção	-5.218	-15.081
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	85.360	-28.214
7.03	Valor Adicionado Bruto	113.979	40.466
7.04	Retenções	-27.263	-26.835
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.263	-26.835
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.716	13.631
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	861	1.408
7.06.02	Receitas Financeiras	861	1.408
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.577	15.039
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.577	15.039
7.08.01	Pessoal	17.371	17.251
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.744	11.503
7.08.01.02	Benefícios	4.520	4.654
7.08.01.03	F.G.T.S.	784	757
7.08.01.04	Outros	323	337
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.801	6.654
7.08.02.01	Federais	5.892	-359
7.08.02.02	Estaduais	191	163
7.08.02.03	Municipais	7.718	6.850
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.042	36.067
7.08.03.01	Juros	30.741	35.944
7.08.03.02	Aluguéis	301	123
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.363	-44.933
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.363	-44.933



Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

Abril a Junho/2021

A MSVia (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 2T2020.

1.1 - Principais destaques

Após a qualificação da Companhia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI para fins de relicitação, em 10/06/2021 foi celebrado a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT.

O presente Termo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato Originário, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da Concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. A Companhia também continuou executando obras na BR-163/MS, autorizadas pela Licença de Operação nº 1.508/2019.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	2ºT21	2ºT20	Var.%
Receita de pedágio	76.120	63.696	19,5%
Receitas acessórias	1.979	1.905	3,9%
Receita de construção	1.085	9.699	-88,8%
Receita bruta total	79.184	75.300	5,2%
Deduções	(14.212)	(5.693)	149,6%
Receita líquida total	64.972	69.607	-6,7%

Receita de pedágio: A receita aumentou 19,5% no 2T21 com relação ao 2T20 devido ao crescimento na movimentação de soja e milho devido à alta nas cotações (câmbio) atrelado a safra recorde em 2021.

Receitas acessórias: O aumento de 3,9% no 2T21 em comparação com o 2T20 é devido ao reajuste anual dos contratos de utilização da faixa de domínio, redes de telefonia, fibra óptica, água, esgoto e energia elétrica.

Receita de construção: No 2º TRI de 2020 foram realizadas obras de recuperação de pavimento. No 2º TRI de 2021 houve somente atendimento das demandas em função das solicitações da ANTT.

Deduções: Aumento de 149,6% no 2T21 em comparação com o 2T20, devido a contabilização do excedente tarifário. Conforme previsto na subcláusula 5.4 do 1º Termo Aditivo, o valor excedente de receita tarifária refere-



Comentário do Desempenho

se ao obtido a partir da diferença entre as tarifas previstas nas subcláusulas 5.1 (valores das Tarifas de Pedágio) e 5.2 (Tarifas Calculadas), reajustadas a partir da data de celebração do Termo Aditivo até o pagamento da indenização, passando a ser apropriado a partir da assinatura do presente Termo.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	2ºT21	2ºT20	Var.%
Custo de construção	1.085	9.699	-88,8%
Provisão de manutenção	(90.203)	14.196	-735,4%
Depreciação e amortização	13.553	13.426	0,9%
Custos contratuais	3.927	3.819	2,8%
Serviços de terceiros	23.916	22.438	6,6%
Custo com pessoal	10.231	8.836	15,8%
Materiais, gastos gerais e outros	27.642	10.210	170,7%
Custos e despesas totais	(9.849)	82.624	-111,9%

Os custos e as despesas totais reduziram 111,9% no 2T21 em relação ao 2T20, principalmente em função da reversão da provisão de manutenção, devido a não expectativa de realização após a assinatura do 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

Custo de construção: No 2T21 a Companhia reduziu em 88,8% os investimentos, pois no 2º TRI de 2020 foram realizadas obras de recuperação de pavimento. No 2º TRI de 2021 houve somente atendimento das demandas em função das solicitações da ANTT.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu redução de 735,4% no 2T21, em função da reversão da provisão de manutenção em junho/2021, devido a não expectativa de realização após a assinatura do 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

Depreciação e amortização: No 2T21 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados de 2017 a 2021, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 0,9% em depreciação e amortização.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

Serviços de terceiros: Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, tiveram aumento de 6,6% em função dos reajustes contratuais de empresas prestadoras de serviços, recuperação de obras de artes especiais e manutenção de equipes para atendimento das solicitações da ANTT.

Custos com pessoal: Os custos com pessoal sofreram aumento de 15,8% no 2T21 em relação ao 2T20, devido à revisão da curva da provisão do PPR/PGLP.

Materiais, gastos gerais e outros: Os custos com os materiais e gastos gerais da Companhia tiveram aumento de 170,7%, principalmente em função do aumento da estimativa de perda lei nº 13.448/17, impactado pela atualização (IPCA) e aumento das provisões de contingências contratuais, devido a mudança do status dos autos de infração de defesa prévia para 1º recurso.



Comentário do Desempenho

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	2ºT21	2ºT20	Var. %
Lucro/Prejuízo Líquido	61.202	(26.861)	-327,8%
(+) IR/CS	2.002	2.522	-20,6%
(+) Resultado Financeiro	(14.797)	(16.796)	-11,9%
(+) Depreciação e amortização	13.553	13.426	0,9%
EBITDA (a)	61.960	(27.709)	-323,6%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>95,36%</i>	<i>-39,81%</i>	<i>135 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	2ºT21	2ºT20	Var. %
Lucro/Prejuízo Líquido	61.202	(26.861)	-327,8%
(+) IR/CS	2.002	2.522	-20,6%
(+) Resultado financeiro	(14.797)	(16.796)	-11,9%
EBIT (a)	48.407	(41.135)	-217,7%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>74,50%</i>	<i>-59,10%</i>	<i>134 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

Resultado financeiro líquido

	2ºT21	2ºT20	Var. %
Despesas financeiras	(15.301)	(17.610)	-13,1%
Juros sobre financiamentos	(14.232)	(14.935)	-4,7%
Varição monetária sobre empréstimos	(22)	(7)	214,3%
Capitalização de custo dos empréstimos	-	-	100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.047)	(2.668)	-60,8%
Receitas financeiras	504	594	-15,2%
Rendimento sobre aplicações financeiras	490	574	-14,6%
Juros e outras receitas financeiras	14	240	-94,2%
Resultado financeiro líquido	(14.797)	(17.435)	-15,1%

2. Investimentos

A Companhia continua de forma moderada com os investimentos da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Obras em andamento durante o 2º. Trimestre de 2021:

- Adequação do canteiro da BGOP no km 731 da BR-163/MS;
- Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS;
- Recuperação das OAE's (Obras de Artes Especiais) dos km 307,920, km 698,412, km 742,423, km 294,650, km 239,126, km 419,612 e km 727,577 ao longo da rodovia BR-163/MS.



Comentário do Desempenho

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Nesse período houve uma redução no número de acidentes com vítimas (- 1%) e redução em: vítimas feridas que registrou queda de (-1%). Os resultados só não foram melhores em consequência direta do impacto sofrido pela pandemia da Covid-19 afetando o cumprimento de algumas ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), na qual inclui a monitoração de pontos mais susceptíveis a ocorrência de acidentes e propõe os planos de ação. Na BR-163/MS, a Companhia desenvolve campanhas educativas de segurança viária desde 2014, além de ações específicas em feriados prolongados, realiza a conservação, recuperação e manutenção periódica de todo o conjunto de sinalização (vertical, de solo e aérea), do pavimento com operações de tapa buraco e execução de planos, além da manutenção do canteiro central e lateral. O SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) tem papel fundamental nas campanhas de segurança viária, pois abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço de 0800 e de inspeção do tráfego. Os usuários também acabam recebendo mensagens de segurança todos os dias através dos Painéis de Mensagens Variáveis (fixos e móveis), além das orientações dadas pelos arrecadadores das praças de pedágio durante o pagamento da tarifa.

TOTAL DE ACIDENTES	2ºT21	2ºT20	Var. %
Total acidentes	326	296	10%
Acidentes com vítimas feridas	126	127	-1%
Acidentes sem vítimas	190	162	17%
Acidentes com mortos	10	7	43%
Vítimas feridas	172	173	-1%
Número de Mortos	11	10	10%

4. Considerações finais

As demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria



Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias (ITR) findas em 30 de junho de 2021

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2021, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, exceto quanto ao abaixo descrito:

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, com o objeto de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, trecho entre a divisa do estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

Durante o período de vigência do Termo Aditivo, haverá diversas etapas para a efetiva conclusão da relicitação, período em que a MSVia permanecerá operando o trecho concedido e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A vigência do Aditivo é de 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.647/2021.

A Concessionária contratou, em favor da ANTT, Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 175.000 (a preços de maio de 2012), ajustado pelo IPCA.

Adicionalmente, a Concessionária fica obrigada a: (i) prestar os serviços nas condições estabelecidas neste Termo Aditivo e em seus Anexos; (ii) observar o prazo de vigência do Termo Aditivo para fins de celebração, prorrogação, renovação e/ou aditamento de contratos com terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (iii) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio e não realizar operações que configurem remuneração dos acionistas, nos termos do disposto no §4º, do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976; (iv) não reduzir seu capital social; (v) não oferecer novas garantias em favor de terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (vi) não alienar, ceder, transferir, dispor ou constituir ônus, penhor ou gravame sobre bens ou direitos vinculados ao Contrato de Concessão Originário, exceto por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; e (vii) não requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional de suas operações. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.



Notas Explicativas

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 5.

1.2. Outras informações relevantes:

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2021:

i. Redução Tarifária e Arbitragem

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da deliberação nº 1025/2019 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo nº 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da deliberação nº 1025/2019, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400). A redução tarifária foi suspensa por meio de decisão liminar proferida pelo TRF da 1ª Região em Agravo de Instrumento. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e celebração da Ata de Missão, foram apresentadas, pela Companhia suas alegações iniciais em 17 de agosto de 2020. Em 19 de outubro de 2020, foram apresentadas as respostas da União e ANTT às alegações iniciais.

A Companhia apresentou sua réplica em 19 de novembro de 2020. Em 21 de dezembro de 2020, a União e ANTT apresentaram tréplica. Em 8 de março de 2021, foi realizada audiência junto ao Tribunal Arbitral. Em 23 de abril de 2021, foi proferida decisão na arbitragem no sentido de manter a decisão proferida na tutela cautelar antecedente, assim como ampliar a tutela cautelar para suspender a exigibilidade das multas aplicadas pela ANTT à Companhia.

Em 27 de abril de 2021, a ANTT apresentou pedido de esclarecimentos em face dessa decisão, o qual encontra-se pendente de apreciação. Em 25 de maio de 2021, a Companhia apresentou resposta ao pedido de esclarecimento da ANTT. Em 7 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral deferiu a produção de prova pericial e oral postulada pelas Requerentes.

Em 15 de julho de 2021, o Tribunal Arbitral negou provimento ao pedido de esclarecimento da ANTT, concedendo o prazo até o dia 30 de julho de 2021 para que as partes apresentem manifestação, especificando as provas que pretendem produzir, o que foi cumprido por ambas as Partes na arbitragem. Aguarda-se a definição, pelo Tribunal Arbitral, das provas que deverão ser produzidas.



Notas Explicativas

ii. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da lei nº 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do decreto federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a concessionária iniciou os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão, devendo o sistema rodoviário ser submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação nº 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI nº 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto nº 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República. Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da MSVia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021. O 1º Termo Aditivo contemplam garantias por parte da MSVia, descritos na nota explicativa 1.

Após a assinatura do aditivo contratual, espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto na lei nº 13.448/2017.

iii. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da Companhia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da Companhia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela Companhia.

Em 9 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela Companhia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a Companhia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a Companhia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da Companhia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência.

Em 24 de setembro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela requerida pela OAB/MS. Foi determinada, ainda, a citação das rés e a exclusão da União do polo passivo da ação.

A OAB/MS requereu a dilação de prazo para apresentar o pedido principal, que foi deferido em despacho publicado em 14 de março de 2019.



Notas Explicativas

Em 2 de abril de 2019, foi proferida sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito, a qual foi publicada em 08 de abril de 2019. O prazo para eventual recurso da OAB/MS transcorreu sem a interposição de recurso, de modo que, em 27 de agosto de 2019, foi certificado o trânsito em julgado da sentença que extinguiu o processo sem exame de mérito.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As informações financeiras intermediárias não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 10.066 substancialmente composto por fornecedores e financiamentos, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 14, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	11.125	11.095
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>23.955</u>	<u>42.957</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>35.080</u>	<u>54.052</u>

Aplicações financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>13.062</u>	<u>15.920</u>
Total - Circulante	<u>13.062</u>	<u>15.920</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide nota explicativa 14)	<u>25.189</u>	<u>25.474</u>
Total - Não Circulante	<u>25.189</u>	<u>25.474</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>38.251</u>	<u>41.394</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 96,38 % do CDI, equivalente a 2,52% ao ano (95,16% do CDI, equivalente a 2,63% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.310	1.475
Pedágio eletrônico (b)	<u>15.714</u>	<u>13.892</u>
	17.024	15.367
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(51)</u>	<u>(84)</u>
	<u>16.973</u>	<u>15.283</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	16.973	15.282
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	47	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>4</u>	<u>84</u>
	<u>17.024</u>	<u>15.367</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- e



Notas Explicativas

(c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	59.200	18.706	(29.383)	(52.482)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(20.128)	(6.360)	9.990	17.844
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(10.635)	(12.190)	(6)	(8)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(51)	(81)	60	(86)
Impostos diferidos não constituídos (a)	32.816	22.216	(7.522)	(10.201)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>2.002</u>	<u>3.585</u>	<u>2.522</u>	<u>7.549</u>
Impostos diferidos	<u>2.002</u>	<u>2.002</u>	<u>2.522</u>	<u>7.549</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>-3,38%</u>	<u>-10,70%</u>	<u>8,58%</u>	<u>14,38%</u>

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	30/06/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	1.077	1.077	1.077	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	124	116	240	240	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	18	(3)	15	15	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais	682	(23)	659	659	-
Provisão de manutenção	18.805	(18.805)	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(92.271)	1.268	(91.003)	-	(91.003)
Provisão para Fornecedores	3	(3)	-	-	-
Estimativa de perda Lei nº 13.448/1	68.356	18.462	86.818	86.818	-
Outros	106	(87)	19	19	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.177)	2.002	(2.175)	88.828	(91.003)
Compensação de imposto	-	-	-	(88.828)	88.828
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(4.177)</u>	<u>2.002</u>	<u>(2.175)</u>	<u>-</u>	<u>(2.175)</u>

Notas Explicativas

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	30/06/2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	12.978	7.865	20.843	20.843	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	8	8	8	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	274	274	274	-
Provisão de manutenção	17.723	(325)	17.398	17.398	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(92.654)	(304)	(92.958)	548	(93.506)
Outros	-	31	31	31	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(61.953)	7.549	(54.404)	39.102	(93.506)
Compensação de imposto	-	-	-	(39.102)	39.102
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(61.953)	7.549	(54.404)	-	(54.404)

- (a) Saldos de diferenças temporárias dispostas na lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados e custo de transação.
- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social em 2022.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e bases negativas no montante de R\$ 155.081 (R\$ 52.728 - efeito tributário em 30 de junho de 2021) e em 31 de dezembro de 2020 montante de R\$ 135.194 (R\$ 45.966 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/06/2021		30/06/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados		Passivo Fornecedores e contas a pagar	
Controladora				
CCR (indireta)	2.267	(a)	355	(a)
CPC	3.097	(b)	484	(b)
Outras partes relacionadas				
Instituto CCR	137	(c)	-	
Total	5.501		839	



Notas Explicativas

	<u>Transações</u>		<u>Transações</u>	
	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>		<u>01/04/2020 a 30/06/2020</u>	
	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Imobilizado / Intangível</u>	
Controladora				
CCR (indireta)	1.134 (a)	959 (a)	-	
CPC	1.548 (b)	1.640 (b)	168 (b)	
Outras partes relacionadas				
SPVias	-	-	615 (d)	
Instituto CCR	137 (c)	-	-	
Total	<u>2.819</u>	<u>2.599</u>	<u>783</u>	

	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>	
	<u>01/01/2020 a 30/06/2020</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Imobilizado / Intangível</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
			<u>Contas a Receber</u>	<u>Fornecedores e contas a pagar</u>
Controladora				
CCR (indireta)	1.919 (a)	-	-	300 (a)
CPC	3.123 (b)	168 (b)	-	561 (b)
Outras partes relacionadas				
SPVias	-	615 (d)	-	-
ViaRio	-	-	-	2 (e)
ViaSul	-	-	13 (e)	15 (e)
ViaCosteira	-	-	10 (e)	27 (e)
Total	<u>5.042</u>	<u>783</u>	<u>23</u>	<u>905</u>

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/06/2020</u>
Remuneração: (f)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	223	442	177	410
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	303	606	87	173
Complemento/(Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	(26)	(26)	(458)	(458)
Previdência privada	9	18	7	16
Seguro de vida	-	1	-	1
	<u>509</u>	<u>1.041</u>	<u>(188)</u>	<u>142</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração dos administradores (f)	674	180

Na Assembleia Geral Ordinária Extraordinária (AGOE) realizada em 5 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.



Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (d) Refere-se a compra Intercompany de guinchos leves da SPVias;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; e
- (f) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		30/06/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.588	-	(11)	9	-	1.586
Máquinas e equipamentos		82.207	-	(1.606)	222	(219)	80.604
Veículos		24.669	-	(1.170)	509	-	24.008
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	(828)	-	-
Equipamentos operacionais		53.777	-	(3)	2	-	53.776
Imobilizações em andamento		302	3.679	-	(743)	-	3.238
Total custo		163.667	3.679	(2.790)	(829)	(219)	163.508
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(835)	(74)	8	-	-	(901)
Máquinas e equipamentos	14	(44.739)	(5.572)	554	-	-	(49.757)
Veículos	24	(19.015)	(1.165)	1.136	-	-	(19.044)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(26.377)	(3.000)	2	-	-	(29.375)
Total depreciação		(91.262)	(9.811)	1.700	-	-	(99.373)
Total geral		72.405	(6.132)	(1.090)	(829)	(219)	64.135

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/12/2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		
					(a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.589	-	(21)	20	-	1.588
Máquinas e equipamentos		81.393	-	(60)	874	-	82.207
Veículos		23.727	-	(1.712)	2.654	-	24.669
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	-	828
Equipamentos operacionais		53.821	-	(2)	113	(155)	53.777
Imobilizações em andamento		2.419	1.650	-	(3.767)	-	302
Total custo		164.073	1.650	(1.795)	(106)	(155)	163.667
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(697)	(148)	14	(4)	-	(835)
Máquinas e equipamentos	14	(33.204)	(11.576)	41	-	-	(44.739)
Veículos	25	(18.592)	(2.135)	1.712	-	-	(19.015)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(20.300)	(6.078)	1	-	-	(26.377)
Total depreciação		(73.089)	(19.937)	1.768	(4)	-	(91.262)
Total geral		90.984	(18.287)	(27)	(110)	(155)	72.405

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) Ativo 100% depreciado; e
 (c) Reclassificações do ativo imobilizado para o resultado.

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		30/06/2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (c)	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.460.587	-	828	(21.707)	1.439.708
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.695	-	6	(1)	12.700
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		123	7	(5)	-	125
Total custo		1.473.405	7	829	(21.708)	1.452.533
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(104.099)	(16.589)	-	-	(120.688)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.191)	(863)	-	-	(10.054)
Total amortização		(113.290)	(17.452)	-	-	(130.742)
Total intangível		1.360.115	(17.445)	829	(21.708)	1.321.791
Intangível em construção		173.892	5.218	-	(3)	179.107

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/12/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (c)	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.746.657	-	15.287	(301.357)	1.460.587
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.026	-	669	-	12.695
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		429	257	(563)	-	123
Total custo		1.759.112	257	15.393	(301.357)	1.473.405
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(71.461)	(32.642)	4	-	(104.099)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.909)	(2.282)	-	-	(9.191)
Total amortização		(78.370)	(34.924)	4	-	(113.290)
Total intangível		1.680.742	(34.667)	15.397	(301.357)	1.360.115
Intangível em construção		151.500	37.994	(15.287)	(315)	173.892

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
 (c) O montante de R\$ 21.708 no semestre findo em 30 de junho de 2021, refere-se (i) R\$ 21.703, a estimativa de perda, lei nº 13.448/2017 (R\$ 301.292 para o exercício de 2020), e (ii) R\$ 5 refere-



Notas Explicativas

se a desapropriações. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 65, refere-se a reclassificações do ativo intangível para o resultado.

Aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, utilizando a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão. Tal cenário é compreendido como o mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista o estágio avançado do processo de devolução amigável sob o regime da Lei 13.448/2017, conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019. Neste sentido, foi complementada a provisão para perda de recuperabilidade no montante de R\$ 21.703 para o período em 30 de junho de 2021, totalizando a provisão em R\$ 322.995 (R\$ 301.292 em 31 de dezembro de 2020).

12. Fornecedores

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	17.773	22.237
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	15	25
	<u>17.788</u>	<u>22.262</u>

Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
INSS sobre folha de pagamento	558	538
IRRF de empregados	125	182
FGTS	131	187
Sesi/Senai	87	81
Salários a pagar	673	659
Gratificações e participações a pagar	1.669	1.477
Provisão para férias	2.221	2.457
Provisão para 13º salário	768	-
Encargos sociais e trabalhistas	968	882
Outras obrigações trabalhistas	(2)	50
	<u>7.198</u>	<u>6.513</u>
Não circulante		
Gratificações e participações a pagar	<u>1</u>	<u>49</u>
	<u>1</u>	<u>49</u>

Notas Explicativas

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/06/2021	Vencimento final	30/06/2021	31/12/2020
Em moeda nacional							
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	17.013	10.986	Março de 2039	658.739	677.122
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	2.598	1.728	Março de 2039	125.633	129.148
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	2.671	1.788	Março de 2039	51.261	52.668
Total geral				14.502		835.633	858.938
Circulante							
Financiamentos						50.035	50.226
Custos de transação						(1.496)	(1.525)
						48.539	48.701
Não Circulante							
Financiamentos						800.100	823.988
Custos de transação						(13.006)	(13.751)
						787.094	810.237

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora indireta CCR S.A.
(c) Garantia real.
(d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2021
2022	23.883
2023	47.767
2024	47.767
2025 em diante	680.683
(-) Custos de transação	(13.006)
	787.094

A Controladora CCR S.A., obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras da controladora CCR S.A.. Em relação à Companhia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste semestre findo em 30 de junho de 2021, não ocorreu nenhuma operação.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 23.883 e pagamento de juros no valor de R\$ 27.490 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas



Notas Explicativas

captações de financiamentos. Para maiores detalhes sobre os demais financiamentos, vide nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 30 de junho de 2021, o saldo aplicado totaliza R\$ 25.189.

15. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias, cíveis, administrativos e contratuais.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2020		30/06/2021			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	905	644	(333)	(1.122)	20	114
Trabalhistas e previdenciários	2.149	744	(129)	(568)	83	2.279
Contratuais (a)	132.980	26.767	-	-	9.002	168.749
	<u>136.034</u>	<u>28.155</u>	<u>(462)</u>	<u>(1.690)</u>	<u>9.105</u>	<u>171.142</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2021	31/12/2020
Cíveis e administrativos	2.291	2.226
Trabalhistas e previdenciários	309	397
Contratuais (a)	<u>231.275</u>	<u>235.631</u>
	<u>233.875</u>	<u>238.254</u>

- (a) Com relação aos processos contratuais, a ANTT lavrou até 30 de junho de 2021, 112 autos de infração contra a Companhia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam R\$ 400.024, dos quais o valor de R\$ 231.275 (R\$ 235.631 em 31 de dezembro de 2020) são avaliados como sendo de risco possível e R\$ 168.749 como risco provável (R\$ 132.980 em 31 de dezembro de 2020) e, portanto, foram provisionados. Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem nº 24.957/GSS/PPF decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

Notas Explicativas

16. Provisão de manutenção

	31/12/2020		30/06/2021		
	Saldo inicial	Reversão da provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	57.572	(58.041)	1.470	(1.001)	-
Não circulante	26.585	(27.319)	734	-	-
	<u>84.157</u>	<u>(85.360)</u>	<u>2.204</u>	<u>(1.001)</u>	<u>-</u>

As taxas anuais de 2021 e 2020, para o cálculo do valor presente, são de 6,49% a.a.

Em junho de 2021 foi efetuada a reversão da provisão de manutenção, devido a não expectativa de realização após a assinatura do 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

17. Obrigações parceladas

	31/12/2020		30/06/2021		
	Saldo inicial	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo final
Circulante					
Multa com o poder concedente	965	18	(489)	483	977
Não circulante					
Multa com o poder concedente	2.130	20	-	(483)	1.667

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2021
2022	448
2023	488
2024	488
2025	243
	<u>1.667</u>

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 916.000, composta por 916.000.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Lucro / (Prejuízo) básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Notas Explicativas

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Numerador				
Lucro / (Prejuízo) líquido	61.202	20.708	(26.861)	(44.933)
Denominador				
Média ponderada de ações (em milhares)	916.000	916.000	916.000	899.840
Lucro / (Prejuízo) por ação - básico e diluído	0,06681	0,02261	(0,02932)	(0,04993)

19. Receitas operacionais

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas de pedágio	76.120	150.080	63.696	133.232
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.085	5.218	9.699	15.081
Receitas acessórias	1.979	3.875	1.905	3.722
Receita bruta	79.184	159.173	75.300	152.035
Impostos sobre receitas	(6.465)	(13.019)	(5.679)	(11.853)
Devoluções e abatimentos	(15)	(32)	(14)	(28)
Desconto excedente tarifário	(7.732)	(7.732)	-	-
Deduções das receitas brutas	(14.212)	(20.783)	(5.693)	(11.881)
Receita operacional líquida	64.972	138.390	69.607	140.154

20. Resultado financeiro

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamentos	(14.232)	(28.068)	(14.935)	(30.284)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(846)	(2.204)	(2.814)	(5.357)
Juros sobre obrigações parceladas	(22)	(38)	(7)	(19)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(201)	(432)	146	(32)
	(15.301)	(30.742)	(17.610)	(35.692)
Receitas Financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	490	838	574	1.151
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	2	2	-	53
Juros e outras receitas financeiras	12	21	240	257
	504	861	814	1.461
Resultado financeiro líquido	(14.797)	(29.881)	(16.796)	(34.231)

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme os quadros a seguir:



Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	11.125	-	-	11.095	-	-
Aplicações financeiras	37.017	-	-	58.877	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	25.189	-	-	25.474	-	-
Contas a receber	-	16.973	-	-	15.283	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	-	23	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(835.633)	-	-	(858.938)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(18.944)	-	-	(22.697)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(839)	-	-	(905)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(8.689)	-	-	(908)
	<u>73.331</u>	<u>16.973</u>	<u>(864.105)</u>	<u>95.446</u>	<u>15.306</u>	<u>(883.448)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	62.206	84.351

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e aplicações financeiras, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	669.725	(46.739)	(55.032)	(63.326)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	53.049	(3.702)	(4.359)	(5.016)
CEF (FINISA)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	127.361	(8.888)	(10.465)	(12.043)
Auto de infração parcelado - Poder Concedente	Selic ⁽⁴⁾		2.644	(110)	(137)	(165)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽³⁾		31.164	1.265	1.581	1.897
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽³⁾		25.189	905	1.130	1.355
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁵⁾	CDI ⁽³⁾		5.853	49	61	73
Total do efeito de ganho ou (perda)				(57.220)	(67.221)	(77.225)
Efeito sobre os financiamentos				(59.329)	(69.856)	(80.385)
Efeito sobre as obrigações parceladas				(110)	(137)	(165)
Efeito sobre as aplicações financeiras				2.219	2.772	3.325
Total do efeito de ganho / (perda)				(57.220)	(67.221)	(77.225)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	4,61%	6,10%	7,32%
CDI ⁽³⁾	4,15%	5,18%	6,22%
Selic ⁽⁴⁾	4,15%	5,18%	6,22%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (4) estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2021, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 30/06/2021, divulgada pela B3;
- (4) Refere-se à taxa de 30/06/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).



Notas Explicativas

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compromisso de investimento	<u>166.244</u>	<u>175.219</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

O valor dos compromissos de investimentos futuros contemplam o previsto no Termo Aditivo nº 1.

23. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(858.938)	25.474	(833.464)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de principal e juros	51.373	-	51.373
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	(285)	(285)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	51.373	(285)	51.088
Outras variações			
Despesas com juros	(28.068)	-	(28.068)
Total das outras variações	(28.068)	-	(28.068)
Saldo Final	<u>(835.633)</u>	<u>25.189</u>	<u>(810.444)</u>



Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Heitor de Souza Pires	Diretor Presidente e RI
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contador

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"MS



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1.2, subitem i e ii, às informações contábeis intermediárias, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, a Companhia ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17. Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão e espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto na lei nº 13.448/2017. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

Campo Grande/MS, 12 de agosto de 2021.

HEITOR DE SOUZA PIRES
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

Campo Grande/MS, 12 de agosto de 2021.

HEITOR DE SOUZA PIRES
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR

